

MARCOS COIMBRA

SOCIÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO
MARCOS.COIMBRA@UAI.COM.BR



MARCOS COIMBRA/EM

O tempo de Serra

Quando os historiadores do futuro forem analisar as eleições presidenciais de 2010, um dos capítulos mais interessantes será o que trata do sentido de tempo do governador José Serra. Até lá, é possível que alguém já o tenha decifrado. Para quem vive o presente, no entanto, é um mistério.

Os simpatizantes mais entusiasmados de sua candidatura dizem que o compreendem. Mas são só eles. Mesmo muitos de seus correligionários têm dificuldade de entender seu comportamento na altura em que estamos.

Para quem, como ele, liderava as pesquisas desde 2007, o certo era agir do modo que agia. Embora fosse óbvio que pretendia se candidatar, não havia razão para assumi-lo tão prematuramente. Se o fizesse, tudo que dissesse, qualquer coisa que acontecesse no seu governo cresceria de tamanho, sempre de maneira negativa. E o pior é que, em troca, a visibilidade não lhe traria qualquer benefício, por já ser bem conhecido da opinião pública nacional. Nem sequer a velha "falem bem ou mal, mas falem de mim" o atraía, por conseguinte.

Quando Aécio resolveu questionar a inexorabilidade da candidatura, mais ainda se justificava uma postura de cautela. Se havia dois nomes em disputa, ambos em

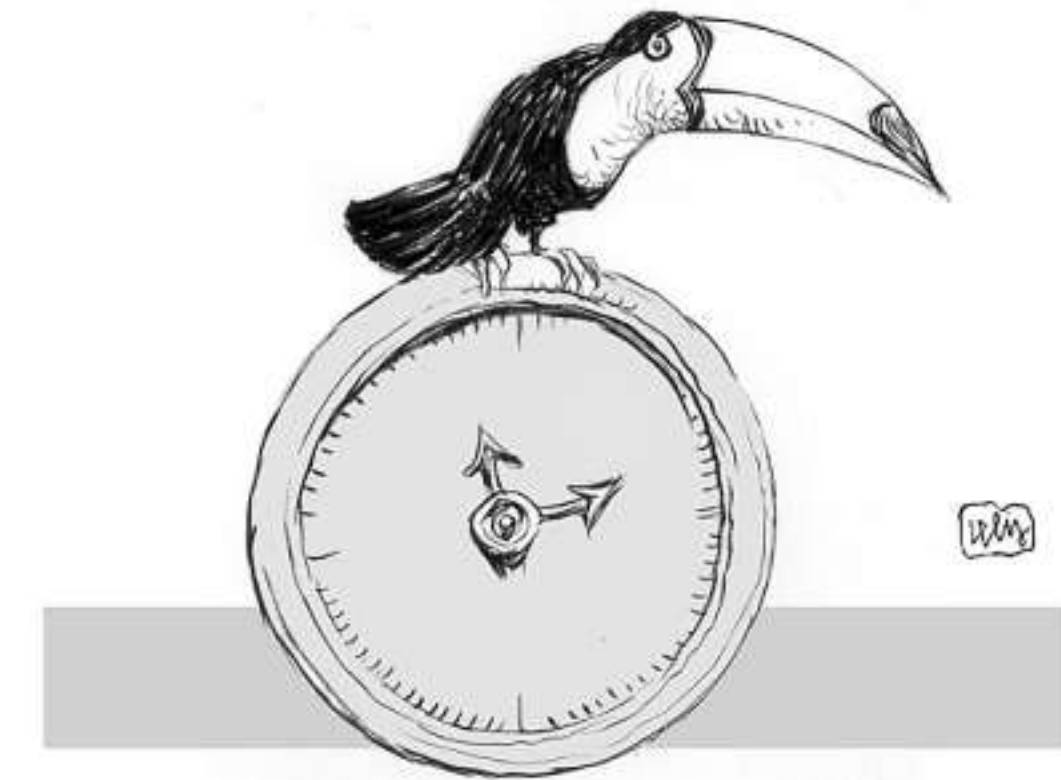
condições de representar o PSDB na eleição, nenhum podia posar de candidato oficial. Aliás, nenhum o era.

Isso foi bom para Serra, pois permitiu que mantivesse a candidatura quieta em seu canto, protegida dos riscos da exposição antecipada. Era tão bom que muita gente chegou a pensar que estava mancomunado com Aécio, que fingia ser candidato apenas para servir de biombo para seu companheiro.

De dezembro para cá, as coisas mudaram. Quando tomou a decisão de retirar seu nome da disputa pela indicação tucana, Aécio mostrou que a candidatura não era um simples jogo de cena, uma manobra articulada com Serra. Mas ele foi além ao anunciá-la, deixando claro que aceitava a decisão de seu partido de não escolher entre as duas opções que estavam postas. Assim, fazendo, de ficar com Serra.

No cenário que vivemos desde o início do ano, é difícil entender os motivos que levam o governador de São Paulo a insistir na cautela. Dentro do PSDB, ninguém mais discute quem vai ser o candidato. No conjunto das oposições, ela só gera impaciência. Quanto ao governo, tanta prudência em nada inibe as movimentações (se não provoca o oposto) e deixa o terreno livre para o crescimento de Dilma.

Do que será que Serra



imagina que se poupa ao retardar o que qualquer outro político já estaria fazendo? Apenas por hipótese, se, por exemplo, tivesse acontecido o inverso no PSDB, ele deixando a vaga para Aécio, não teríamos hoje o governador de Minas em plena campanha? Ou alguém imagina que Aécio estaria recolhido em cuidadoso silêncio? Quem tem responsabilidade de governo não pode se dedicar em tempo integral à política, mas muito se pode fazer sem ultrapassar os limites que se devem respeitar nesses casos.

Seja na discussão de um programa alternativo à proposta de continuidade

que caracteriza a candidatura Dilma, seja na procura de entendimentos políticos e com a sociedade civil, junto a movimentos sociais, segmentos organizados, grupos de interesse, há muito a fazer na construção de uma candidatura das oposições. Nada se ganha deixando tudo para depois, para uma "hora certa" que ninguém sabe qual é.

Daqui a algumas semanas, Serra terá que renunciar a seu cargo. Ou seja, vai passar os próximos seis meses enfrentando a dura tarefa de ser candidato, sem nenhum anteparo. Será que ganhou alguma coisa não o sendo desde dezembro? Será que vai

ganhar algo esperando que março termine?

Por enquanto, sua cautela só tem uma consequência: manter uma dúvida sempre no ar, sobre se vai mesmo ser candidato ou não. Uma incerteza que, a crer na imprensa de São Paulo, contagia seu partido. Não foi em um dos principais jornais do estado que lemos, outro dia, que o PSDB faz "tentativa para tornar irreversível a candidatura de Serra"? Contra quem é preciso fazer essa "tentativa"? Se não é contra o PSDB e os partidos de oposição, nem contra o PT e o governo (que nada têm a ver com isso), contra quem seria? O próprio Serra?

“
No cenário que vivemos desde o início do ano, é difícil entender os motivos que levam o governador de São Paulo a insistir na cautela. Dentro do PSDB, ninguém mais discute quem vai ser o candidato. No conjunto das oposições, ela só gera impaciência

ELEIÇÕES

Representantes dos trabalhadores apostam na eleição de profissionais formados na militância operária para aumentar a conexão entre o Congresso Nacional e os interesses dos assalariados

Candidatos dos sindicatos

FLÁVIA FOREQUE

Brasília – Atentas à tramitação no Congresso Nacional de projetos de interesse da classe trabalhadora, centrais sindicais estão cada vez mais empenhadas em lançar candidatos ao Legislativo. Temas como a redução da jornada de trabalho e a recomposição das perdas do poder aquisitivo de aposentadorias, de interesse dos trabalhadores, estão nas mãos de senadores e deputados federais.

“Não dá para tratar a relação capital-trabalho só na porta da fábrica. A gente busca melhorias, mas não encontra ressonância (no Congresso)”, afirma o deputado federal Roberto Santiago (PV-SP), vice-presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT). O parlamentar ressalta que a entidade não incentiva a filiação dos dirigentes a determinado partido – embora as centrais continuem próximas aos partidos de esquerda. “Não existe um incentivo partidário, a central é pluralista. No momento, é para incentivar candidaturas”, resume.

Criada há pouco menos de 3 anos, a UGT fará o primeiro teste nas eleições de outubro. O presidente da entidade, Ricardo Patah, aponta cerca de 15 pré-candidatos a deputado federal e estadual entre os dirigentes da central. “Uma democracia só se efetiva se há forças equilibradas. Por isso vamos lutar para que nossos candidatos sejam eleitos”, argumenta.

Uma das principais críticas de dirigentes sindicais é o desequilíbrio de forças no Congresso entre representantes dos tra-



Manifestação de centrais sindicais em Brasília. Com mais representantes no parlamento, elas sonham melhorar a influência no Legislativo

balhadores e das demais categorias. De acordo com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), 60 parlamentares ligados a causas trabalhistas foram eleitos nesta legislatura – número um pouco abaixo da legislatura anterior (70). O instituto, cujo objetivo é manter as entidades sindicais informadas sobre propostas em

tramitação de interesse da categoria, afirma que o tamanho da classe empresarial, por sua vez, é quatro vezes maior.

“Esse é um movimento dos trabalhadores, e não apenas de uma ou outra central. É claro que há limites partidários (entre as centrais), mas todas estão unidas na defesa da categoria”, afirma Vicente Selistre, presidente

do Sindicato de Sapateiros de Campo Bom (RS) e vice-presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Selistre é um dos nomes que a central pretende lançar à Câmara neste ano. O sindicalista concorreu nas últimas eleições pelo PSB, mas não teve votos suficientes para garantir uma vaga na Casa. Ex-vereador

de Campo Bom, é o primeiro suplente do deputado federal Beto Albuquerque (PSB-RS).

CAPILARIDADE Segunda maior central sindical no país, a Força Sindical também está empenhada em lançar candidatos. O presidente da entidade, o deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), calcula, inicial-

mente, 10 pré-candidatos à Câmara – o próprio Paulinho da Força tentará a reeleição. Presente em todas as regiões do país, a estrutura da entidade em estados como São Paulo é capaz de eleger, sozinha, um nome para o Legislativo. “Com a descentralização da indústria, a força dos sindicalistas cresceu muito”, afirma o parlamentar.

Até mesmo a menor entre as seis centrais sindicais tem planos para as eleições em outubro. A Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) quer lançar o nome de dirigentes para as Assembleias Legislativas em ao menos 12 estados. Além disso, o tesoureiro da entidade e um dos vice-presidentes são cotados para disputar vaga de deputado federal. O secretário-geral da CGTB, Carlos Alberto Pereira, afirma que, apesar da baixa representação no Congresso, o movimento sindical ganhou espaço no governo do presidente Lula. “Houve um avanço muito grande em relação ao governo anterior e nós achamos que devemos trabalhar para não haver retrocessos”, afirma Pereira.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), maior central sindical do país, preferiu não seguir o caminho das demais entidades. Em julho do ano passado, a direção nacional da CUT determinou que os dirigentes que assumirem algum cargo ou mandato eletivo, nas três esferas de poder, devem ser afastados da função de dirigente sindical. O documento defende “a total independência frente ao Estado e autonomia em relação aos partidos políticos”.